



Aroeira Reflorestadora S.A.

Demonstrações Financeiras referentes aos
exercícios findos em 31 de dezembro de
2023 e com Relatório dos Auditores
Independentes

Sumário

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
BALANÇO PATRIMONIAL.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA	8
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	9
2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	9
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	11
4. PARTES RELACIONADAS.....	11
5. IMOBILIZADO.....	12
6. ATIVOS BIOLÓGICOS.....	12
7. ATIVO DE DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS	15
8. FORNECEDORES.....	18
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	18
10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
11. RECEITA DE VENDAS	22
12. RESULTADO FINANCEIRO	23
13. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	23
14. RESULTADO POR AÇÃO.....	23
15. COBERTURA DE SEGUROS.....	24
16. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	24
17. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	27



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Aroeira Reflorestadora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aroeira Reflorestadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia



Aroeira Reflorestadora S.A.

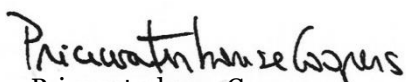
de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

Aroeira Reflorestadora S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**BALANÇO PATRIMONIAL**

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	40.036	65.988	Fornecedores	8	3.901	34.783
Tributos a recuperar		1.252	224	Fornecedores - partes relacionadas	4	499	1.079
Partes relacionadas	4	14	8.074	Passivo de arrendamentos	7	2.984	2.571
Outros ativos		-	3	Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	9	11.194	373
		41.302	74.289	Obrigações fiscais		331	582
				Outros passivos		117	197
						19.026	39.585
Não circulante				Não circulante			
Investimento		182	182	Fornecedores - partes relacionadas	4	-	56
Imobilizado	5	336.907	340.398	Passivo de arrendamentos	7	59.370	36.217
Ativos biológicos	6	932.947	701.297	Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	9	201.393	12.152
Ativos de direito de uso Intangível	7	64.342	38.130	Outros passivos		3.046	3.046
		413	413			263.809	51.471
		1.334.791	1.080.420			282.835	91.056
				Total do passivo			
				Patrimônio Líquido	10		
				Capital social		631.756	601.756
				Reserva de Capital		5.560	5.560
				Reserva de lucros		455.942	456.337
						1.093.258	1.063.653
Total do ativo		1.376.093	1.154.709	Total do passivo e patrimônio líquido		1.376.093	1.154.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	1/1 a	1/1 à
	Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	11	60.989	67.128
Varição do valor justo dos ativos biológicos	6	253.596	99.633
Custo dos produtos vendidos	13	(68.631)	(20.007)
Lucro bruto		245.954	146.754
Despesas administrativas		(1.579)	(2.366)
Outras receitas/despesas operacionais		390	(38)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		244.765	144.350
Resultado financeiro		2.236	(302)
Receita Financeira		6.503	7.143
Despesa Financeira		(4.267)	(7.445)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		247.001	144.048
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	9	(18.155)	(4.690)
Diferido	9	(189.241)	6.060
		(207.396)	1.370
Lucro líquido do exercício		39.605	145.418
Lucro básico/diluído por ação - R\$	14	0,1604	0,6014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aroeira Reflorestadora S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	39.605	145.418
Resultado abrangente total do exercício	39.605	145.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aroeira Reflorestadora S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de lucros			Resultados acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de ativos biológicos	Reserva de investimento e capital de giro		
Em 31 de dezembro de 2021	295.657	-	15.544	295.228	99	48	606.576
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	145.418	145.418
Aporte de Capital	288.000	-	-	-	-	-	288.000
Aporte de Capital - Ativo Biológico	18.099	-	-	-	-	-	18.099
Ágio na subscrição de ações	-	5.560	-	-	-	-	5.560
Constituição da reserva de ativos biológicos	-	-	-	96.006	-	(96.006)	-
Constituição de reserva legal	-	-	7.271	-	-	(7.271)	-
Constituição de reserva de investimento e capital de giro	-	-	-	-	2.189	(2.189)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	40.000	(40.000)	-
Em 31 de dezembro de 2022	601.756	5.560	22.815	391.234	42.288	-	1.063.653
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	39.605	39.605
Aporte de Capital	30.000	-	-	-	-	-	30.000
Realização de reserva de ativo biológico	-	-	-	(158.838)	-	158.838	-
Constituição da reserva de ativos biológicos	-	-	-	167.374	-	(167.374)	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.980	-	-	(1.980)	-
(-) Dividendos pagos	-	-	-	-	(40.000)	-	(40.000)
Dividendos propostos	-	-	-	-	29.089	(29.089)	-
Em 31 de dezembro de 2023	631.756	5.560	24.795	399.770	31.377	-	1.093.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aroeira Reflorestadora S.A.Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA**

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa líquido de atividades operacionais	37.366	107.822
Caixa gerado nas operações	69.470	74.120
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	247.001	144.048
Amortização do direito de uso	3.226	2.217
Provisão de juros de arrendamento	4.281	3.254
Provisão de juros de mútuo	-	4.187
Varição no valor justo dos ativos biológicos	(253.596)	(99.633)
Exaustão de florestas	68.558	20.047
Variações nos ativos e passivos operacionais	(28.613)	33.702
Contas a receber - partes relacionadas	8.060	(8.074)
Outros ativos	(25.944)	(5.245)
Tributos a recuperar	(1.028)	(109)
Fornecedores	(30.882)	33.278
Fornecedores - partes relacionadas	(636)	1.044
Obrigações fiscais	(1.866)	3.679
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.719)	(3.173)
Outros passivos	29.402	12.302
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(46.612)	(345.883)
Aquisição de terras	-	(205.600)
Custo do plantio do ativo biológico	(46.612)	(140.101)
Aquisição e investimento de empresas	-	(182)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(20.197)	285.223
Captção de mútuo com partes relacionadas	-	190.000
Amortização de mútuo com partes relacionadas	-	(190.000)
Pagamento de juros de mútuo com partes relacionadas	-	(4.187)
Aumento de capital	30.000	293.560
Pagamento de passivos de arrendamentos	(10.197)	(4.150)
Dividendos pagos	(40.000)	-
Decréscimo em caixa e equivalentes de caixa	(25.952)	47.162
Saldo inicial de caixa e equivalentes	65.988	18.826
Saldo final de caixa e equivalentes	40.036	65.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Aroeira Reflorestadora S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico (“Companhia”), constituída em 9 de setembro de 2020 pela Klabin S.A e, em 26 de janeiro de 2021, foi celebrado o contrato em conjunto com a Timber XXI SPE S.A. (“TIMO”), tendo como objetivo principal a exploração da atividade florestal no estado de Santa Catarina - SC.

A Klabin S.A. poderá exercer direito de preferência na compra das ações da Companhia pertencentes a TIMO, em opção facultativa a ser exercida entre 2031 e 2041, conforme condições comerciais previstas em acordo de acionistas, levando em consideração o capital investido pela TIMO e o retorno obtido no período até o exercício da opção.

1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão divulgadas abaixo ou apresentadas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor de ativos e passivos; o valor justo, por meio do resultado no caso de ativos e passivos financeiros e ativos biológicos.

A diretoria financeira aprovou e autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 14 de março de 2024.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 2.2 – item b).

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas abaixo ou apresentadas nas próprias notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente entre os exercícios/períodos apresentados.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando mensurado pelo valor justo através do resultado no caso de ativos e passivos financeiros, e ativos biológicos.

2.2 Sumário das principais práticas contábeis materiais adotadas

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

b) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após 12 meses subsequentes à data-base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, se aplicável, até a data do balanço.

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os valores reais de realização ou liquidação dos ativos e passivos subjacentes podem diferir dessas estimativas.

Os itens materiais sujeitos a essas estimativas são:

Nota Explicativa	Estimativas / Julgamentos críticos
6	ajuste a valor justo dos ativos biológicos
7	períodos de contrato e taxa incremental de financiamento em contratos de arrendamento.
9	imposto de renda e contribuição social diferidos

2.3 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Durante o exercício de 2023 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) as revisões das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2023:

Pronunciamento	Alteração / Aprimoramento
IAS 1 - <i>Presentation of Financial Statements / IFRS 2 - Practice Statements</i>	Divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las
IAS 8 - <i>Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors</i>	Esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros
IFRS 17 - <i>Insurance Contracts</i>	Norma não aplicável para a Companhia
IAS 12 - Tributos sobre o Lucro	Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, obrigações de descomissionamento e restauração.
IAS 12 - Tributos sobre o Lucro	Permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE (Cooperação e Desenvolvimento Econômico)

Aroeira Reflorestadora S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto à sua aplicação.

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, sendo:

Pronunciamento	Alteração	Vigência
IAS 1 - <i>Presentation of Financial Statements / IFRS - Practice Statements 2</i>	Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial.	a partir de 1º de janeiro de 2024
IAS 7 - Statement of cash flows / IFRS7 - Financial Instruments: Disclosures	Operações de risco sacado	a partir de 1º de janeiro de 2024
IFRS16 - Leasing	Requisitos para transações de venda e leaseback	a partir de 1º de janeiro de 2024
IAS 21 - The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates	Moeda não passível de conversão - Norma não aplicável para a Companhia	a partir de 1º de janeiro de 2025

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	279	7
Aplicações em moeda nacional	39.757	65.981
Total	40.036	65.988

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras compreendem Fundo de Renda Fixa Referenciado DI com rentabilidade média de remuneração anual de 101% do CDI (102,2% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

Política contábil

Representam os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um risco remoto de mudança de valor, de acordo com CPC 03 (R2).

4. PARTES RELACIONADAS

		31/12/2023		31/12/2022	
		Ativo/ Passivo	Receita líquida de vendas	Ativo/ Passivo	Receita líquida de vendas
Contas a receber / resultado					
Klabin S.A.	(i)	14	60.989	6.939	67.128
Contas a pagar - Klabin S.A.					
Taxa de gerenciamento	(ii)	499	-	1.135	-
Mútuo parte relacionada Klabin S.A.	(iii)	-	-	-	(4.187)

(i) Venda de madeira a prazos (45 dias) nas condições estabelecidas entre as partes e a preço de mercado.

(ii) Custo previsto em contrato entre a sócia controladora (Klabin S.A.) e a Companhia, principalmente relacionada à prestação de serviços operacionais vinculados ao desenvolvimento e à manutenção das florestas.

(iii) Contrato de mútuo estabelecido entre as partes para operacionalizar a compra da empresa RDA, conforme menciona a nota explicativa 3, liquidado em maio de 2022.

Política contábil

As transações com partes relacionadas são referentes a venda de madeira a preços e prazos e preços estabelecidos entre as partes, assim como, e a restituição de custo prevista em contrato entre a sócia controladora (Klabin S.A.) e a Companhia, principalmente relacionada à prestação de serviços operacionais vinculados ao desenvolvimento e à manutenção das florestas.

A Companhia não possui histórico de perdas em seus recebíveis e avalia anualmente a perda esperada levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, eventual aumento em seu risco de crédito e a existência de ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment*. Considerando, a característica de seus recebíveis a Companhia não constituiu provisão para perdas de crédito esperadas ("PPCE") em 31 de dezembro de 2023.

5. IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo contábil de imobilizado era composto em sua totalidade de terras da Companhia no montante de R\$ 336.907 (R\$ 340.398 em 31 de dezembro de 2022) correspondente a 24,6 mil hectares de área total (25 mil hectares de área total em 31 de dezembro de 2022).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não foram identificados indicadores de *impairment* que justificasse a elaboração de teste para recuperabilidade do ativo.

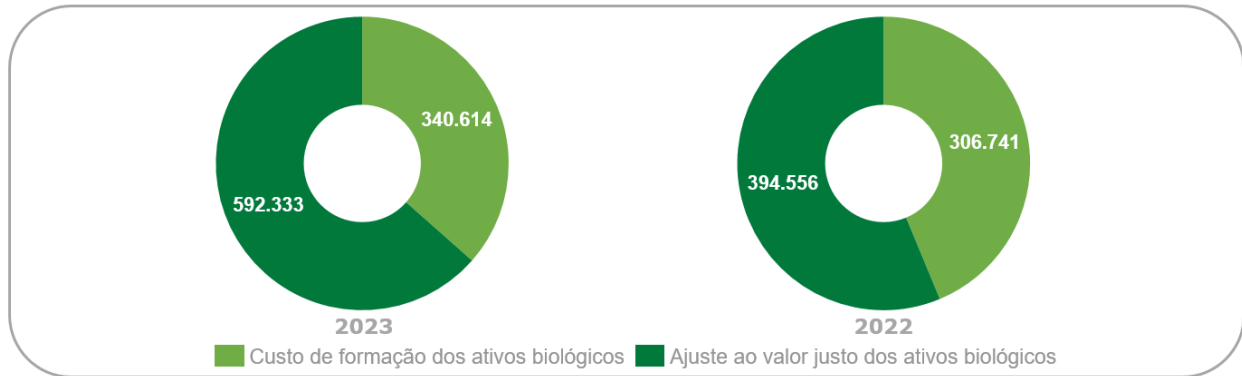
Política contábil

De acordo com o CPC 27 – Ativo Imobilizado, o ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

Sempre que existe algum indicativo, a Companhia avalia se existe indicativos de não recuperabilidade do valor contábil de seus ativos. Existindo, é preparado teste de *impairment* e reconhecida provisão pela diferença entre o valor contábil dos ativos e seu valor realizável líquido (considerado dos dois o maior, valor em uso ou valor de venda, deduzidos os respectivos custos de transação). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não foram identificados indicativos de perda ao valor recuperável.

6. ATIVOS BIOLÓGICOS

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas acrescido do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, da seguinte forma:



Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 28 mil hectares de florestas plantadas (26 mil hectares em 31 de dezembro de 2022), desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo adotando as seguintes premissas em sua apuração:

(i) Serão mantidas a custo histórico as florestas de eucalipto até o terceiro ano de plantio e florestas de pinus até o quinto ano de plantio, em decorrência do entendimento da Administração de que durante esse período, o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo, além de ser possível de realizar os inventários para avaliação de crescimento e expectativa de produção da floresta somente após este período;

(ii) As florestas após o terceiro e quinto ano de plantio, de eucalipto e de pinus, respectivamente, são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo;

(iii) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

(iv) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia, como referência do setor, é revisada anualmente pela Administração dentro do processo orçamentário ou na medida que houver situações que exijam tal revisão;

(v) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, material genético, regime de manejo florestal, potencial produtivo, rotação e idade das florestas. O conjunto dessas características compõe um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade. O plano de corte das culturas mantidas pela Companhia é variável principalmente entre 6 e 7 anos para eucalipto, e entre 14 e 15 anos para pinus;

(vi) Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos por meio de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços

praticados pela Companhia em vendas para terceiros. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratar-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;

(vii) Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos;

(viii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no exercício;

(ix) A Companhia definiu por efetuar a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos trimestralmente, sob o entendimento de que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

b) Reconciliação e movimentação das variações de valor justo

	Pinus	Eucalipto	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.370	456.141	463.511
Plantio e compras de Florestas em pé	132.940	7.161	140.101
Aporte de florestas	18.099	-	18.099
Exaustão	(15.273)	(4.774)	(20.047)
Custo histórico	(9.971)	(389)	(10.360)
Ajuste ao valor justo	(5.302)	(4.385)	(9.687)
Variação de valor justo por	65.748	33.885	99.633
Preço	169.313	3.447	172.760
Crescimento (i)	(103.564)	30.437	(73.127)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	208.884	492.413	701.297
Plantio e compras de Florestas em pé	43.029	3.583	46.612
Redução de capital de controlada	-	-	-
Exaustão	(68.512)	(46)	(68.558)
Custo histórico	(12.692)	(46)	(12.738)
Ajuste ao valor justo	(55.820)	-	(55.820)
Variação de valor justo por	173.028	80.568	253.596
Preço	595.619	83.744	679.363
Crescimento (i)	(422.591)	(3.176)	(425.767)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	356.430	576.517	932.947

(i) Além do efeito de crescimento da floresta em razão da proximidade de seu corte, corresponde aos ajustes decorrentes das premissas que afetam o valor justo do ativo biológico, tais como revisão de plano de corte, tabela de produtividade, alteração de taxa de desconto, alteração de custos administrativos, dentre outros.

De acordo com a hierarquia do CPC 46 – Mensurações do Valor Justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

Dentre as premissas utilizadas no cálculo destaca-se a sensibilidade aos preços utilizados na avaliação e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa descontado. Os preços referem-se aos praticados nas regiões onde a Companhia está alocada, já a taxa de desconto corresponde ao custo médio de capital, levando em conta a taxa básica de juros (Selic) e níveis de inflação.

Aumentos (reduções) significativos nos preços utilizados na avaliação resultariam em acréscimo (decrécimo) na mensuração do valor justo dos ativos biológicos. O preço médio ponderado utilizado na avaliação do ativo em 31 de dezembro de 2023 foi equivalente a R\$139,13/m³ (R\$106/m³ em 31 de dezembro de 2022).

Sobre a taxa de desconto, os efeitos significativos de elevação (redução) da taxa utilizado na mensuração do valor justo dos ativos biológicos, acarretaria queda (elevação) dos valores

mensurados. Em 31 de dezembro de 2023 o custo médio de capital ponderado é 8,27% em moeda constante (8,26% em 31 de dezembro de 2022).

Política contábil

De acordo com CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, a avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecido no resultado do exercício em que ocorre, em linha específica da demonstração do resultado, denominada “Variação do valor justo dos ativos biológicos”. O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade de madeira cortada, avaliada por seu valor justo.

Para a determinação do valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para esses ativos.

7. ATIVO DE DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

A Companhia possui 6,4 mil hectares de terras arrendadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (5,6 mil hectares em 31 de dezembro de 2022).

Para melhor apresentação e comparação ao mercado, a Companhia decidiu alterar as taxas incrementais utilizadas para todos os contratos de arrendamentos de taxa real para taxa nominal. Para fins de comparação, o efeito dessa alteração está apresentado no efeito demonstrado a seguir:

Direito de uso dos ativos	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	38.130	34.462
Amortização	(3.226)	(2.217)
Novos contratos	107.166	3.816
Remensuração	(60.317)	2.069
Efeito alteração de taxa	(12.682)	-
Baixas	(4.729)	-
Saldo final	64.342	38.130

Passivos dos arrendamentos	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	38.788	33.798
Parcela	(10.197)	(4.150)
Encargos	4.281	3.254
Novos contratos	107.166	3.816
Baixas	(9.932)	-
Efeito alteração de taxa	(7.435)	-
Remensuração	(60.317)	2.070
Saldo final	62.354	38.788
Passivo circulante	2.984	2.571
Passivo não circulante	59.370	36.217
Total no passivo	62.354	38.788

Aroeira Reflorestadora S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2023 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos relacionados à separação de componentes nos contratos de arrendamento, assim como não existem impactos sobre os custos diretos iniciais atrelados aos contratos na mensuração do ativo.

Política contábil

Os direitos de uso de ativos e passivos de arrendamentos correspondem a contratos de arrendamentos de terras, máquinas, equipamentos e edifícios, superiores a 12 meses, de valor substancial e uso exclusivo. O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido, considerando a taxa incremental de financiamento. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado dos exercícios e registrado na linha competente à sua natureza ("custo dos produtos vendidos" / "despesas administrativas" / "despesas com vendas"), assim como as despesas de juros, correspondentes à amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "resultado financeiro".

A Companhia reconhece seu ativo de direito de uso e passivo de arrendamentos, considerando as seguintes premissas:

(i) operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia avaliou os aspectos de renovação em sua metodologia e, por não identificar aspectos de renovação, optou por não considerar as renovações dos contratos, haja vista que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas;

(ii) contratos que envolvam o uso de ativos subjacentes de baixo valor;

(iii) somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato são consideradas;

(iv) inclusão dos impostos recuperáveis na definição das contraprestações assumidas dos contratos em que seja aplicável e, no caso de terras e imóveis, excluindo custos como imposto territorial rural – ITR, condomínio, imposto predial e territorial urbano – IPTU;

(v) a metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas, descontadas pela taxa incremental de financiamento definida para a classe do ativo;

(vi) a taxa incremental de financiamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi calculada com base nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade da Companhia. As taxas para as operações de arrendamento de terras florestais e imóveis administrativos e galpões comerciais para contratos firmados no exercício de 2023 são de 13,13% ao ano para contratos com vencimento de até 5 anos, de 14,29% para vencimento de 6 a 10 anos, de 15,19% para vencimentos de 11 a 15 anos, de 15,71% para vencimentos de 16 a 20 anos e de 16,08% para vencimento acima de 20 anos, além de 13% ao ano para operações que envolvam máquinas e equipamentos;

(vii) a remensuração para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento será feita no mês de aniversário de um ano de cada contrato (*reset*), quando a Companhia avaliará a necessidade de reajustes nos pagamentos mensais e anuais e, caso aplicável, os reajustes serão realizados no ativo contra o passivo de arrendamentos;

(viii) a Companhia analisou, dentro das operações que se enquadram no escopo da norma, os efeitos relativos às contingências e aos riscos de *impairment* e não identificou impactos.

8. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 3.901 (R\$ 34.783 em 31 de dezembro de 2022), referente à aquisição de terras e aos serviços de manutenção das atividades florestais.

Política contábil

O contas a pagar aos fornecedores é composto de obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, além dos investimentos nos projetos da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável, de acordo com o CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros.

De acordo com CPC 12 os saldos das rubricas de risco sacado operação florestal foram reconhecidos a valor presente considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

9.1 Regime de tributação Lucro real

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia se enquadrou no regime de Lucro Real por ter excedido o limite de faturamento de R\$ 78.000 no exercício de 2022, conforme prevê a lei nº 12.814/13 art.7. Nesse regime, o Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro.

9.1.1 Conciliação da alíquota efetiva

	31/12/2023 (i)
Resultado antes do IR e CS	247.002
Alíquota nominal	34%
(Despesa) / Receita de tributos à alíquota nominal	(83.981)
Impacto da mudança do Lucro Presumido para Lucro Real	(123.439)
Parcela isenta do adicional de 10%	24
IR e CS no resultado	(207.396)
Corrente	(18.155)
Diferido	(189.241)
Alíquota efetiva	83,97%

(i) O exercício comparativo não está sendo apresentado, vide nota explicativa 9.2.

9.2 Regime de tributação Lucro presumido

9.2.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia se mantinha na sistemática do Lucro Presumido para determinação do IRPJ e CSLL. A base do lucro tributável é definida mediante aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12% sobre receita de vendas, para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) respectivamente. Os demais rendimentos auferidos pela Companhia são objeto de tributação pelo IRPJ e CSLL sem aplicação dos percentuais de presunção. Sobre essas bases são aplicadas as mesmas alíquotas do IRPJ e CSLL que se

Aroeira Reflorestadora S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



aplicam no regime do Lucro Real. A despesa de IRPJ e CSLL correntes podem ser assim demonstradas:

	31/12/2022 (i)	
	Imposto de renda	Contribuição social
Receita bruta de vendas	71.010	71.010
(-) Devoluções	-	-
Receita operacional	71.010	71.010
Percentual de presunção	<u>8%</u>	<u>12%</u>
Base de cálculo - imposto de renda e contribuição social	5.681	8.521
Rendimentos financeiros e outros	7.430	7.430
Base de cálculo - após acréscimos	13.111	15.951
% de tributos	<u>15%</u>	<u>9%</u>
Tributo calculado sem adicional	1.967	1.436
Base de cálculo do adicional 10% do IR	12.871	
% do adicional de IR	<u>10%</u>	-
Tributo calculado com adicional	1.288	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	3.254	1.436

(i) O exercício comparativo não está sendo apresentado, vide nota explicativa 9.1.

9.3 Natureza e expectativa de realização dos impostos diferidos

Os tributos diferidos passivos referem-se aos tributos sobre o ajuste ao valor justo dos ativos biológicos, uma vez que a tributação ocorre somente quando da venda da madeira.

	31/12/2023	Resultado do Exercício	31/12/2022
Valor justo dos ativos biológicos	(201.393)	189.241	(12.152)
IR/CS diferido no passivo não circulante	(201.393)	189.241	(12.152)
Saldo líquido de IR/CS diferido	201.393	(189.241)	12.152

9.4 Imposto de renda e contribuição social corrente

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda corrente - ativo biológico	8.536	172
Contribuição social corrente - ativo biológico	2.658	201
Total do IR/CS corrente do passivo circulante	11.194	373

Política contábil

a) Impostos correntes e diferidos

De acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, com base no lucro tributável do exercício, mediante aplicação das alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são mensurados sobre as diferenças temporárias de cada exercício, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo os saldos de prejuízo fiscal e a base negativa de CSLL, quando aplicável. O IRPJ e CSLL correntes e diferidos são reconhecidos no resultado da Companhia, exceto quando correspondem a itens registrados em “ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

A recuperabilidade do IRPJ diferido ativo é revisada anualmente, tendo seu reconhecimento contábil quando provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para essa recuperação.

Os valores de IRPJ e CSLL diferidos, ativo e passivo, são lançados pelos montantes líquidos, no não circulante apresentado nos balanços patrimoniais, líquido dos adiantamentos de impostos pagos durante o exercício.

b) Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação Técnica CPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, requer que as incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro sejam avaliadas quando do reconhecimento e mensuração desses tributos.

Uma incerteza surge quando o tratamento aplicável a uma transação em particular não está claro na legislação tributária ou quando não está claro se a autoridade fiscal aceitará o tratamento adotado pela entidade.

Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nessa interpretação.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia é composto por:

Aroeira Reflorestadora S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



31/12/2023				31/12/2022			
Acionista	Ações Ordinárias	Preferenciais	Capital Votante	Acionista	Ações Ordinárias	Preferenciais	Capital Votante
Klabin	71.756.370		51%	Klabin	71.756.370		51%
Timo	67.746.396	107.382.557	49%	Timo	67.746.396	102.310.945	49%
Total	139.502.766	107.382.557	100%	Total	139.502.766	102.310.945	100%

Acionista	Capital social	Ações	Capital total	Acionista	Capital social	Ações	Capital total
Klabin	66.196	71.756.370	10%	Klabin	66.196	71.756.370	11%
Timo	565.560	175.128.953	90%	Timo	535.560	170.057.341	89%
Total	631.756	246.885.323	100%	Total	601.756	241.813.711	100%

b) Reserva de capital

São constituídas por valores recebidos pela Companhia decorrentes de transações com acionistas e que não transitam pela demonstração de resultado. Podem ser utilizadas para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros e resgate, reembolso e compra de ações.

Em 02 de maio de 2022 a TIMO realizou o aporte de R\$ 195.560 mediante a subscrição e integralização, de 44.163.637 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de emissão de R\$ 4,30, na operação foi gerado um ágio da emissão de ações de R\$ 5.560 o qual foi destinado a reserva de capital da Companhia.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída pelo percentual de 5% do lucro líquido após a destinação da reserva de incentivos fiscais conforme estabelecido pelo Estatuto Social da Companhia.

d) Reserva de investimento e capital de giro

Constituída por parcela variável de 5% a 35% do lucro líquido ajustado na forma da lei, observado o limite previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente.

e) Reserva de ativos biológicos

Em decorrência dos efeitos do reconhecimento a valor justo dos ativos biológicos, a Companhia, optou por constituir uma reserva de ativos biológicos, a qual é utilizada na absorção do saldo da avaliação dos ativos biológicos da Companhia por seu valor justo apurado no resultado, mas que ainda não foi realizado econômica e financeiramente.

O valor a ser utilizado para a constituição da reserva de ativos biológicos será limitado ao saldo da conta de "Lucros ou Prejuízos Acumulados" após a constituição, se constituídas, das Reservas Legal, para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar.

A reserva de ativos biológicos será, pela destinação do resultado do exercício pelo que nele estiver contido, líquido dos efeitos tributários: (i) constituída em cada exercício, com receita da avaliação do valor justo dos ativos biológicos; (ii) revertida para Lucros ou Prejuízos Acumulados para contrapor a despesa na avaliação do valor justo dos ativos biológicos e; (iii) realizada pela exaustão do valor justo dos ativos biológicos contra o saldo em Lucros Acumulados.

f) Destinação dos lucros e dividendos

Em 30 de março de 2023, foi realizada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 40.000, sendo R\$ 10.734 para Klabin S.A. e R\$ 29.266 para a TIMO.

Os dividendos representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia, que é distribuído aos acionistas a título de remuneração do capital investido nos exercícios sociais.

	2023	2022
(=) Lucros acumulados de anos anteriores	-	48
(=) Lucro líquido do exercício	39.605	145.418
(-) Constituição de reserva legal	(1.980)	(7.271)
(-) Constituição da reserva de ativos biológicos	(167.374)	(96.006)
(+) Realização de reserva de ativo biológicos	158.838	-
(=) Lucro base para distribuição	29.089	42.189
(=) Dividendo mínimo obrigatório conforme Estatuto Social (65%)	18.908	(27.423)
(-) Dividendos propostos (i)	(29.089)	(40.000)
(-) Constituição de investimento e capital de giro	-	(2.189)
(=) Lucro retido	-	-

(i) os dividendos propostos serão aprovados em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Política contábil

De acordo com Estatuto Social da Companhia, é atribuído aos acionistas a distribuição a título de dividendo mínimo obrigatório não inferior a 65% calculado sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei e ajustado pela constituição, realização e reversão das Reservas de Ativos Biológicos e da Realização da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial.

11. RECEITA DE VENDAS

A totalidade da receita de vendas da Companhia é oriunda de venda de madeira para a sócia Klabin S.A.

	1/1 à 31/12/2023	1/1 à 31/12/2022
Receita bruta de vendas	68.764	71.010
Impostos sobre vendas	(7.775)	(3.882)
Receita líquida de vendas	60.989	67.128

Política contábil

De acordo com o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos. A Companhia reconhece a receita de venda sempre que for provável que os recursos econômicos da transação fluam para a entidade e que, todas as obrigações de desempenho contratadas pelo cliente tenham sido cumpridas, que se dá no momento da transferência de posse e propriedade dos ativos ao comprador.

12. RESULTADO FINANCEIRO

	1/1 à 31/12/2023	1/1 à 31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	6.820	7.430
Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(317)	-
IOF sobre aplicações financeiras	-	(287)
	6.503	7.143
Despesas financeiras		
IFRS 16 – Ajuste a valor presente (AVP)	(4.136)	(3.255)
Outras despesas	(131)	(3)
Juros sobre mútuo	-	(4.187)
	(4.267)	(7.445)
Resultado financeiro	2.236	(302)

13. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

A custo dos produtos vendidos da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 68.631 (R\$ 20.007 em 31 de dezembro de 2022), composto pela exaustão do ativo biológico (nota explicativa 7) e outros insumos para manutenção das atividades florestais.

Política contábil

As despesas são registradas observando-se o princípio de competência do exercício/período.

14. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado por meio da divisão do lucro do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias - ON e preferenciais – PN da Companhia, pela quantidade de ações disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo demonstram a reconciliação do resultado apurado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 no cálculo do resultado por ação básico e diluído:

	2023			2022		
	ON	PN	TOTAL	ON	PN	TOTAL
Lucro líquido do exercício	22.379	17.226	39.605	83.892	61.526	145.418
Quantidade de ações circulantes	139.503	107.383	246.885	139.503	102.311	241.814
% de ações em relação ao total	57%	43%		58%	42%	
Resultado por ação básico e diluído	0,1604	0,1604		0,6014	0,6014	

15. COBERTURA DE SEGUROS

Mesmo considerando a distribuição das florestas em diversas áreas distintas e das medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos da floresta, a Companhia mantém contratado uma apólice de Seguro para todas as suas bases florestais no Brasil. A apólice traz diversas coberturas de seguros, tais como, incêndio, queda de raio, explosão, queda de aeronaves, vendaval, como também, eventos meteorológicos, como granizo, ventos frios, geada, seca e chuvas excessivas. A contratação não isenta a Klabin em dar continuidade com todas as políticas de proteção, as quais, historicamente, têm se mostrado altamente eficientes sem que tenha havido qualquer comprometimento às atividades e à condição financeira da Companhia. Dessa forma, a Companhia entende que sua estrutura de gerenciamento dos riscos relacionados às atividades florestais, estão ainda mais adequadas para a continuidade operacional.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram objeto de exame.

16. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, dos quais está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. As operações da Companhia são gerenciadas pela mesma e a administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, políticas e estruturas de controles da referida sócia "Klabin S.A."

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços no mercado. A Companhia está exposta ao risco quanto a flutuação do CDI indexado em suas aplicações financeiras.

O aumento (diminuição) da taxa de juros, se por um lado gera ganho (perda) nas aplicações financeiras, por outro, gera perdas (ganhos) nos ativos biológicos por conta do aumento (diminuição) da taxa de desconto.

b) Risco de aplicação de recursos

A Companhia está sujeita ao risco quanto a aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados. O valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras, com valores descritos na Nota explicativa 4.

Em relação a qualidade dos ativos financeiros da Companhia aplicados em instituições financeiras, é utilizada política interna para aprovação do tipo de operação que está sendo acordada e análise do *rating*, conforme agências classificadoras de risco, para avaliar a viabilidade da aplicação de recursos em determinada instituição, desde que esta esteja enquadrada nos critérios de aceitação da política.

O quadro abaixo demonstra os recursos de caixa e equivalentes de caixa aplicados pela Companhia, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional das agências de *rating* Fitch e *Moody's* das instituições financeiras:

	31/12/2023	31/12/2022
<i>Rating</i> nacional AAA(bra)	40.036	65.988
Total de recursos	40.036	65.988

c) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos pelo planejamento de sua liquidez financeira, garantindo que haja recursos disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de caixa e equivalentes de caixa é suficiente para o cumprimento das obrigações registradas no balanço, bem como a Companhia conta com adiantamentos da controladora para fornecimento futuro de madeira, caso necessário.

d) Gestão de riscos climáticos

As operações da Companhia, dada sua natureza, estão expostas a riscos atrelados a mudanças climáticas. Os ativos biológicos da Companhia (nota explicativa 6) e os ativos imobilizados (nota explicativa 5) podem ser impactados pela determinação de seus respectivos valores justos e recuperáveis.

A Companhia, por meio de sua investidora Klabin S.A., conduz avaliações de riscos climáticos e de escassez hídrica que podem afetar diretamente a produtividade dos ativos biológicos. Através do Centro Tecnológico de Pesquisa Florestal, são coordenados estudos e monitoramento contínuo de suas florestas para compreender o comportamento do desenvolvimento e da adaptação de seus ativos biológicos frente às mudanças de temperatura, disponibilidade de água, qualidade de conservação do solo e importância da biodiversidade existente.

Historicamente, os maciços florestais situam-se em regiões de clima subtropical com baixa deficiência hídrica ao longo do ano e temperaturas moderadas. A Companhia faz o monitoramento baseado em modelos matemáticos e experimentos de campo, na busca por regiões que têm se mostrado mais resilientes frente aos impactos climáticos, de biodiversidade e em direitos humanos projetados para o futuro. A visão ASG deve ser lida em conjunto com o Relatório de Sustentabilidade e o painel ASG da Companhia.

A Klabin S.A. possui uma estrutura dedicada à gestão de riscos corporativos, incluindo os riscos relacionados às mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam a identificar, avaliar e, quando necessário, tratar os principais riscos. Tal estrutura, por meio da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias e estratégias de resiliência e adaptação, que visam a reduzir as exposições identificadas. A avaliação da Companhia sobre os potenciais impactos físicos e de transição das mudanças climáticas é efetuada de forma contínua e seguirá evoluindo, incorporando elementos relacionados à natureza (água, solo e biodiversidade).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não teve impactos financeiros relevantes decorrentes de eventos originados de mudanças climáticas.

Aroeira Reflorestadora S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



e) Gestão de capital

A estrutura de capital da Sociedade é formada pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 4), e pelo saldo do patrimônio líquido (nota explicativa 11), incluindo o saldo de capital emitido e todas as reservas constituídas.

O índice de endividamento líquido sobre o patrimônio líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	40.036	65.988
Patrimônio líquido	1.093.258	1.063.653
Índice de endividamento líquido	0,04	0,06

f) Risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito quanto às aplicações financeiras mantidas no balanço. O controle ao risco corresponde na utilização de políticas para aprovação das operações que serão pactuadas, assim como o *rating* das instituições financeiras conforme a classificação da agência Fitch.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo aplicado é mantido em instituições com *rating* nacional AAA (bra).

g) Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia tem os seguintes instrumentos financeiros por categoria:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	40.036	40.036	65.988	65.988
Outros Ativos	-	-	3	3
Total	40.036	40.036	65.991	65.991
Passivo				
Fornecedores	3.901	3.901	35.862	35.862
Passivo de arrendamentos	62.354	62.354	38.788	38.788
Outros Passivos	3.163	3.163	3.243	3.243
Total	69.418	69.418	77.893	77.893

Política contábil

Os saldos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício/período.

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos, classificados como ativos financeiros e o saldo das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar de arrendamento, contas a pagar de aquisição de ativos e de controladas, fornecedores e outros passivos, classificados como passivos financeiros.

h) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir o quadro de sensibilidade para os riscos de taxa de juros que está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2023, sendo, os efeitos no patrimônio basicamente os mesmos do resultado.

A Companhia tem aplicações financeiras atreladas a taxa de juros pós-fixada do CDI. Para efeito de análise de sensibilidade, a Companhia adotou a taxa vigente em data próxima da apresentação das referidas demonstrações financeiras, para a projeção do cenário I. Para o cenário II estas taxas foram corrigidas em 25% e para o cenário III em 50%.

Saldo 31/12/2023	Cenário I		Cenário II		Cenário III		
	Taxa (A)	Ganho (perda)	Taxa (B) = A+25%	Ganho (perda)	Taxa (C) = A+50%	Ganho (perda)	
Caixa e equivalentes de caixa (CDI)	40.036	11,65%	4.664	14,56%	1.166	17,48%	2.332
Efeito líquido no resultado financeiro	40.036		4.664		1.166		2.332

17. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

De acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa algumas atividades de investimento e de financiamento não têm impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afetem a estrutura de capital e de ativos da Companhia. A exclusão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa da demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente.

Transações que não envolvem caixa	31/12/2023	31/12/2022
Aumento de capital - aporte de florestas	-	18.099
Novos contratos de arrendamento	107.166	-
Remensuração de passivos de arrendamento	(60.317)	-
Total	46.849	18.099

Aroeira Reflorestadora S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



AROEIRA REFLORESTADORA S.A.

CNPJ Nº 35.012.664/0001-55

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sandro Fabiano Ávila - Presidente
Marcos Paulo Conde Ivo
Matheus de Barros Moura

DIRETORIA

José Valmir Calori – Diretor Presidente
Isabela Comelato Cerbasi– Diretora Financeira

CONTADOR

Ahmad Abu Islaim
CRC SP259626/O-8